

CAPÍTULO 30

O projeto das cozinhas solidárias do MTST e os desafios do trabalho do cuidado no debate público

Tâmara Pacheco

Pandemia da covid-19: ascensão das cozinhas comunitárias no Brasil

Durante a pandemia da covid-19, o número de cozinhas comunitárias nas periferias de todo o Brasil cresceu porque um grande número de famílias ficou sem renda, sem emprego e sem moradia. Muitas delas chefiadas por mulheres racializadas a partir dos seus locais de morada e atuação, sem ter uma alimentação adequada e nem poder pagar aluguel, sobreviveram com o apoio emocional, acolhimento e doações de representantes de movimentos sociais e entidades da sociedade civil. Deste quadro, damos destaque à atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que durante a segunda onda da pandemia criou o projeto Cozinhas Solidárias de combate à fome, cujo protagonismo se dá por lideranças femininas comunitárias e periféricas.

Não à toa, o primeiro caso de morte pelo coronavírus noticiado no Brasil foi de uma mulher negra trabalhadora doméstica, categoria que mais emprega mulheres em nosso país, principalmente mulheres negras com baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda. Mais do que isso, representam o maior grupamento

profissional que compõe a força de trabalho de cuidado no Brasil.¹ O momento da crise do cuidado é descortinado em meio a pandemia como parte de uma crise sistêmica mundial na atual fase do capitalismo (Fraser, 2020, 2020b).

Particularmente em nosso país, as mulheres negras e não brancas, mulheres que são racializadas de modo geral por pertencerem a territórios periféricos, foram as mais afetadas nesse período, ao mesmo tempo que foram muitas delas se mobilizaram como forma de sobrevivência. Dentre as mobilizações que mais tiveram resultado imediato, além da distribuição de cestas básicas, a preparação de refeições e distribuição de marmitas, a construção de cozinhas comunitárias recebeu maior destaque como prática de combate à fome. Isso porque permitem espaços de sociabilidade, fortalecendo articulações por meio de redes de solidariedade. E acabam também funcionando no suporte e suprimento de serviços sociais básicos como o cuidado de idosos, jovens e crianças, devido ao forte desemprego, fechamento das escolas e à ausência de políticas públicas.

Comumente atreladas ao espaço privado, as cozinhas passam a ser abertas e compartilhadas. Reelaboradas, portanto, dentro de um processo de construção política coletiva territorializada e nas quais o trabalho do cuidado é evidenciado. As cozinhas comunitárias como estratégia política eminentemente feminina e periférica, que ganham força na pandemia se reconectam a um movimento que vem ascendendo na América Latina, desde regimes militares e autoritários e com intensificação das políticas neoliberais, mas que deram seus primeiros sinais desde o processo de urbanização nas grandes cidades.

Ao fazerem das cozinhas espaços alternativos de convivência comunitária, a participação política e representatividade dessas mulheres é ativada a partir da transgressão de atividades naturalizadas no plano da esfera privada da vida. Desses espaços públicos nos quais ecoam suas vozes, reativam e renovam lutas históricas por direitos também nas periferias da região metropolitana de São Paulo (Kowarick, 1991, 2009; D'andrea, 2013, 2021, 2022). Em cada território em que estão localizadas, desenvolvem dinâmicas específicas, num período recente de incertezas, extrema pobreza, guerras, epidemias, cóleras e fome.

Passados 30 anos, o Brasil está inserido numa crise advinda da intensificação do neoliberalismo que coloca a democracia em risco frente a milhares de famintos. A palavra fome relacionada à falta de comida e qualidade da alimentação, grande mal de nossa sociedade, todavia pode ser estendida também à falta de afeto, de justiça, de

1 Nota Informativa nº 2/2023 MDS/SNCF – Trabalhadoras domésticas e políticas de cuidado. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerios-do-desenvolvimento-social-e-dos-direitos-humanos-abrem-seminario-pela-luta-contra-o-trabalho-escravo-domestico/nota-informativa-n2-publicada.pdf>.

informação, de espiritualidade, de oportunidades e direitos, outros problemas da atualidade que atingem principalmente o cotidiano da população das periferias brasileiras.

A ascensão de formas de governos autoritários no país, desde o golpe de 2016 ao governo petista da presidenta Dilma Rousseff, é marcada pelo desmonte de políticas públicas, privatização dos serviços públicos, corrosão da sociedade do trabalho e a criminalização da política. Michel Temer, um dos articuladores do golpe, deu o pontapé para o processo de aceleração e radicalização da agenda neoliberal. A Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241/2016 que estabeleceu o teto dos gastos públicos, a Reforma Trabalhista, em 2017, e a Reforma da Previdência, em 2019, foram os grandes vilões do desastre marcado durante os governos Temer e Bolsonaro. Com a volta do governo petista de esquerda em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passa a exercer o seu terceiro mandato, durante qual a lógica neoliberal prevalente no senso comum é de que há a necessidade de eficiência nos gastos públicos para evitar desperdícios. A base dessa receita política é chamada por Nancy Fraser (2018, 2020, 2022) de “neoliberalismo progressista” que combina um programa econômico neoliberal e plutocrático com uma política de reconhecimento liberal – meritocrática.

Nas eleições de 2022, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto elegeu sua principal representante. Intitulada madrinha das cozinhas solidárias pelo movimento, e a primeira trabalhadora doméstica eleita deputada estadual da cidade de São Paulo, Ediane Maria passou a encarar o desafio, entre tantos outros em sua trajetória, de lutar pelos direitos das trabalhadoras domésticas. Sua candidatura entrelaçou-se com a de Guilherme Boulos, candidato no mesmo ano para deputado federal, e passaram a fortalecer juntos o projeto das cozinhas solidárias como política pública de combate à fome, à pobreza e à desigualdade. Ele venceu as eleições como o segundo deputado mais bem votado e é o principal condutor do projeto de lei que torna as cozinhas solidárias uma política pública nacional de combate à fome.

Não dava para esperar muito do governo diante de uma situação de miserabilidade nas periferias de todo o Brasil. As cozinhas solidárias do MTST surgem quando o número de casos confirmados e mortes por covid-19 no Brasil não parava de aumentar. Ao atingir 500 mil vítimas fatais em todo o país, os leitos voltavam a ficar cheios em hospitais e o governo federal pouco avançou no enfrentamento à crise. Com uma campanha de vacinação em ritmo lento, denúncias de corrupção na compra de vacinas, a aprovação de um auxílio emergencial menor do que o esperado excluiu mais de 29 milhões de pessoas. Um grande aumento de famílias que não conseguiam mais pagar aluguel acabou procurando ocupações para morar. O

preço do gás também subiu e muitas pessoas passaram a improvisar fogões a lenha. Imagens chocantes da fila do osso² por todo país começaram a circular nos meios de comunicação. Mostravam pessoas fazendo filas em açougues para pegar ossos e carcaças de animais que seriam descartados ou procurando alimentos no lixo.

Em contraposição à condição de abandono do poder público, as diversas ações nas periferias foram realizadas por dois tipos de sujeitos políticos: os jovens periféricos, vinculados a coletivos culturais, e as mulheres periféricas, vinculadas a movimentos de moradia, entidades de bairro e religiosas. O objetivo era socorrer e garantir a sobrevivência das pessoas mais afetadas pela crise sanitária, social e econômica do país.

Nesta pesquisa, interessa-nos observar os limites e potenciais de transformação social desse tipo de mobilização feminina em torno do espaço de cozinhas comunitárias quando começam a atingir uma dimensão pública ao reivindicarem o direito universal da alimentação, articulado a outros direitos essenciais como o da moradia, o trabalho digno e vida digna às suas famílias e comunidades. É do trabalho coletivo de mulheres vivendo sob a ausência de direitos que nascem iniciativas como essa. Essa dinâmica também é fortalecida por conta dos mandados dos deputados Ediane Maria e Guilherme Boulos. As contradições entre as histórias de vida dessas lideranças femininas comunitárias, a forma de relação com o movimento social e a chegada ao parlamento são analisadas junto às transformações internas do MTST que passam a ocupar a política institucional.

À luz da atuação do movimento por moradia protagonizado por mulheres periféricas, observamos que nas últimas décadas houve uma crescente crise do cuidado (Fraser, 2020 2020b) que também afeta a população brasileira. Esta é uma realidade vivida em nosso país, devido às mudanças que ocorreram a partir de meados do século XX com o processo de urbanização (D'andrea, 2013, 2021, 2022; Kowarick, 1991, 2009; Santos, 2009, 2012). Do mesmo modo, essas mulheres passam cada vez mais a serem “sujeitas periféricas” (D'andrea, 2013, 2022), pois não estão ausentes do conjunto dos discursos produzidos, em especial nos debates sobre políticas públicas que dizem respeito a condições em que vivem nos territórios, sobretudo nos momentos eleitorais, bem como na definição de novos mercados de consumo.

A visibilidade conquistada pela ordem de gênero, raça e etnia (questões sistematicamente negligenciadas pelas ciências sociais e sociedade como um todo) num processo de luta de base se tem traduzido em iniciativas por parte de governos,

2 Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. *Portal G1/ Fantástico*. 25 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml> Acesso em: 24 ago. 2023.

agências governamentais e de organizações privadas que visam debater o trabalho do cuidado como uma questão econômica, dentro do problema da precarização do trabalho feminino e da pobreza, por assim dizer das desigualdades.³ Ideais à democracia, cidadania, solidariedade, interesse público, sustentabilidade, empoderamento, relações justas, e proteção associados à política do capitalismo são trazidos a essa discussão que vem dos de cima nesse contexto.

Por outro lado, nas bases, o trabalho do cuidado ou economia do cuidado ressignificado por lideranças femininas comunitárias produz novas demandas sociais, políticas e econômicas, seja sobre o indivíduo que necessita do cuidado como também sobre a sua família e comunidade. São mulheres afetadas diferentemente dos demais grupos da sociedade, as mais vulneráveis aos problemas de saúde, ao isolamento social para além da pandemia, com transtornos emocionais devido ao empobrecimento, desamparo, discriminação, violências, excesso de trabalho, dentre outros, que procuram solucionar problemas sociais cotidianos por conta própria e com ajuda de redes de apoio. Conhecer os limites e potencialidades desse grupo populacional, por meio das narrativas de vida de lideranças comunitárias do projeto Cozinhas Solidárias, possibilita pensarmos processos de transformações sociais, como alicerces nas estruturas sociais e na ação comunicativa entre a diversidade de sujeitos sociais.

Faz-se necessário entendermos a dinâmica histórica do surgimento dos comedores populares na América Latina em termos de produção científica, como forma de identificarmos as principais reflexões em torno do combate à fome protagonizado por mulheres periféricas latino-americanas, diante do cenário da pobreza e da desigualdade. Desse modo, traremos algumas primeiras impressões ainda com uma leitura parcial desses estudos que sinalizarão os rumos dessa pesquisa e que poderão ser mais aprofundados no decorrer dela.

Um primeiro ponto a observar é que a organização dessas cozinhas se caracteriza dentro da lógica de movimentos sociais populares na América Latina. O lugar que ocupam os comedores no imaginário popular da América Latina nos faz considerar, como alguns estudos mencionam, que se trata de um movimento social de massa pautado na luta contra a fome, inserido no contexto da pobreza histórica do continente (Oliveira, 2018). Uma vez que este fenômeno social, de modo geral, está muito atrelado aos bairros pobres e organizações que se dão em regiões de assentamentos, favelas, barriadas e ocupações, tais estudos se inserem ao momento chave da formação das cidades latino-americanas. Em meados do século XX, as principais delas

3 CFEMEA. Caminhos para uma política pública do cuidado. In: *Outras Palavras*, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/caminhos-para-uma-politica-publica-do-cuidado/>

experimentam um vertiginoso crescimento populacional atrelado ao intenso desenvolvimento de atividades produtivas e o aprimoramento de tecnologias que vão trazer como consequência direta o fenômeno da pobreza (Santos, 2009; Kowarick, 2009). No contexto desse processo de modernização, a “territorialidade” (Zibechi, 2003) se introduz como elemento fundamental que reflete as transformações dos espaços urbanos, do qual o surgimento das cozinhas comunitárias como estratégia de sobrevivência e resistência se faz presente como princípio desse fenômeno.

O segundo ponto chave no movimento das cozinhas comunitárias na América Latina está no protagonismo das mulheres pobres, periféricas, negras, indígenas e não brancas, como resultado de um processo histórico de racialização que se dá a partir da colonização do continente, no qual denominamos “colonialidade do poder” (Quijano, 2005), que vai acarretar divisão internacional do trabalho. Isso, particularmente no Brasil, implicará numa divisão racial e sexual do trabalho constantemente camuflada pelo mito da democracia racial (Gonzalez, 2020). Não por acaso, junto com suas famílias, as mulheres mais afetadas pelo fenômeno da pobreza, no entanto, são as responsáveis por tipos de organização como a de cozinhas comunitárias ou “comedores populares”, tomando posições frente às barreiras sociais e à ausência do Estado. Assim, o que nos interessa, a partir dos objetivos deste artigo, é evidenciar as contradições da participação e representatividade política dessas mulheres, inseridas nas novas dinâmicas de movimentos sociais progressistas articuladas a seus territórios e comunidades, partidos políticos, parlamentos, mídia e também na relação com outras entidades em níveis regional, nacional e internacional a partir de suas narrativas de histórias de vida.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende trazer a constituição de cozinhas comunitárias enquanto espaço cultural de articulação de lutas feministas e antirracistas sob o argumento de que a resignificação da ideia de cozinha como espaço público e de participação popular, a partir da condição concreta da fome e pobreza vivenciada por mulheres periféricas e suas comunidades, colocam em pauta a potencialidade da economia do cuidado aos realizar estratégias de transformação social nos territórios onde habitam. Tal modelo de articulação nos faz refletir sobre possíveis caminhos para a construção de políticas de um Estado de bem-estar social.

Tentamos assim formular uma pergunta-problema para esta pesquisa: como a crise da produção e da reprodução social corroboram para o significado do trabalho do cuidado realizado a partir do protagonismo de mulheres periféricas nas cozinhas solidárias do MTST, enquanto espaços estratégicos de resolução de problemas, que passam a reverberar reivindicações de direitos e disputar narrativas políticas?

Questões como essas também se desdobram em quais as implicações sociais e os limites do uso político de uma noção (estratégia) territorial e cultural que parte dessas trabalhadoras do cuidado como ferramenta de emancipação social, ao mesmo tempo que se abre espaço para implantação de políticas públicas de combate à fome, à pobreza e à desigualdade dentro do arcabouço institucional da democracia liberal. Neste estudo, buscamos a trajetória de construção de cozinhas comunitárias no Brasil enquanto organizações de enfrentamento da fome dentro de um processo de contradição e expressão crítica elaborado a partir das condições existenciais de suas lideranças femininas. Por outro lado, tenta-se refletir sobre os fatores que articulam a organização de cozinhas comunitárias à realidade social e ao tempo histórico.

As respostas a essas perguntas pretendem ser construídas com o apoio de narrativas de histórias de vida pelo método da história oral, valorizando os conhecimentos produzidos nas periferias, experiências de campo pelo método da observação participante, com análises de situações em meio a processos político-sociais, culturais e econômicos que perpassam o contexto brasileiro, latino-americano e mundial. Nosso intento é de compreender a conjuntura atual como parte de uma construção histórica na América Latina, onde houve a intensificação da construção de cozinhas coletivas com o advento do neoliberalismo e a intensificação da fome, da pobreza e da desigualdade social marcada por um processo de urbanização.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, E. E. *Negras lideranças: mulheres ativistas da periferia de São Paulo*. 1 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2019.
- BOULOS, G. C. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci, 2012.
- BOULOS, G. C. *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo*. São Paulo, 2016. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BOULOS, G. C. *Sem medo do futuro*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.
- CFEMEA. Caminhos para uma política pública do cuidado. In: *Outras Palavras*, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/caminhos-para-uma-politica-publica-do-cuidado/>
- DALBÓ, A. *Luta social e a produção da cidade*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.
- D'ANDREA, T. P. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. 2013. 295 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

- D'ANDREA, T. P. *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. 1.ed. São Paulo: Editora Dandara, 2022.
- D'ANDREA, T. P. *Reflexões periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas*. São Paulo: Editora Dandara, Centro de Estudos Periféricos, 2021.
- D'ANDREA, T. P. *40 ideias de periferia: história, conjuntura e pós-pandemia*. São Paulo: Editora Dandara, 2020.
- Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. *Portal G1/Fantástico*. 25 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- FRASER, N. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FRASER, N. *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós- socialista”*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- FRASER, N.; SOUSA FILHO, J. I. R. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia*, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020b. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- FRASER, N. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, set.-dez., 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43> .
- FRASER, N.; MOSQUERA, M. Nancy Fraser encara o capitalismo canibal. *Outras Palavras*, 25 fev. 2022. Entrevista: Martin Mosquera, na Jacobin Latinoamericana | Tradução: Vitor Costa. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/nancy-fraser-encara-o-capitalismo-canibal/>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- KOWARICK, L. Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público. *São Paulo em Perspectiva*, v. 5, n. abr./jul 1991, p. 2-8, 1991. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n02/v05n02_01.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.
- KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- OLIVEIRA, D. *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. 1 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.
- SANTOS, M. *Pobreza urbana*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

- SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.
- ZIBECHI, R. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. In: *OSAL - Observatório Social de América Latina*, n. 9, jan. 2003. Buenos Aires: Clacso, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal9/zibechi.pdf>.

